



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA

RELATÓRIO DE INSPEÇÃO CORREICIONAL – VARAS CÍVEIS E EMPRESARIAIS

COMARCA	CONCEIÇÃO DO ARAGUAIA
UNIDADE INSPECIONADA	Vara Cível e Empresarial de Conceição do Araguaia
COMPETÊNCIA DA UNIDADE ATO NORMATIVO	Processar e julgar os feitos não criminais da Comarca, com exceção daqueles referentes à execução fiscal, ressalvada, a competência do Juizado Especial Cível e Criminal de Conceição do Araguaia e processar e julgar os feitos de competência do Juizado Especial da Fazenda Pública, previstos na Lei nº 12.153, de 22 de dezembro de 2009. Conforme Resolução nº 15/2023 publicada no DJe 7716/2023
DATA DE INSPEÇÃO/EDITAL	11 e 12/03/2024/ EDITAL Nº 002/2024-CGJ, Diário de Justiça e 23.02.2024
RESPONSÁVEL PELO PREENCHIMENTO DO QUESTIONÁRIO NA UNIDADE	AL JARREAUX D'CESARES VASCONCELOS DA SILVA BARBOSA
RESPONSÁVEL PELO PREENCHIMENTO DO QUESTIONÁRIO DA CGJ	Lorena Ramos do Vale e Tiara Guedes Aires, Analistas Judiciários da CGJ.





1. INFORMAÇÕES GERAIS DA UNIDADE (Dados Funcionais e Administrativos):

Juiz/Juíza de Direito/Período de titularidade ou exercício:

ANA PRISCILA DA CRUZ DIAS, Titular desde 28/02/2019 – RDT desde 03.04.2023 a 02.04.2024 (PA-REQ-2022/08394)

JOSÉ AUGUSTO PEREIRA RIBEIRO, em auxílio a Vara Cível e Empresarial de Conceição do Araguaia, com início desde 24.11.2022 NÃO ininterrupto. No período da inspeção estava em gozo de férias.

1.1. Afastamentos do(a) magistrado (a) nos últimos 03 (três) meses:

Meses considerados: dezembro, janeiro e fevereiro.

Juíza Titular

a. Folgas compensatórias: 26.01.24 à 26/03/2024 (30 dias)

Juiz Auxiliar

a. Férias: 01.12.2023 a 20.12.2023 (20 dias) e 04.03.2024 a 23.03.2024 (20 dias)

1.2. Quantos expedientes encontram-se pendentes de resposta à Presidência, Corregedoria, Ouvidoria, Coordenadorias, Seção de Direito Penal e Turmas de Direito Penal?

O gabinete da unidade faz o controle de tais pendências pelos números dos processos judiciais objeto de cobrança, pelo que listaram as seguintes demandas, sem referência por qual setor estaria sendo cobrado:

1. 0800190-43.2022.8.14.0017 (Reintegração/manutenção de posse – decisão datada de 11.03.2023 com declínio de competência a Vara Agrária de Redenção);
2. 0000974-78.2007.8.14.0017 (Procedimento comum cível – Audiência designada para 22.05.2024);
3. 0001359-26.2007.8.14.0017 (Cumprimento de sentença – Comunicação de falecimento do autor);
4. 0000981-70.2007.8.14.0017 (Cumprimento de Sentença – Juntada de documento enviado à Ouvidoria do CNJ);
5. 0800396-23.2023.8.14.0017 (Procedimento Comum Cível – despacho em 08.03.2024, com determinação de envio de cópia à Ouvidoria);
6. 0000976-48.2007.8.14.0017 (Cumprimento de sentença – decisão deferindo pedido da autora);

Listaram ainda dois processos judiciais, os quais haviam sido objeto de reclamação na ouvidoria, quais sejam:

1. 0804414-87.2023.8.14.0017 (Reintegração/Manutenção de posse – Petição pendente desde 25.12.2023, sem realização da conclusão ao gabinete);
2. 0001347-89.2019.8.14.0017 (



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA

Para além dos processos judiciais acima, a unidade judicial identificou os **seguintes processos no PjeCor**, os quais se encontrariam pendentes de resposta no âmbito desta Corregedoria:

0000515-08.2024.2.00.0814 – Pedido de Providências (unidades com morosidade em ações de destituição do poder familiar e de adoção, conforme id 3970573 dos autos em 22.02.2024).

0000479-63.2024.2.00.0814 – REP – Representação por excesso de prazo – Processo Judicial nº 0001347-89.2019.8.14.0017.

A Secretaria da CGJ informou:

Informo, que consultando o sistema PJECor desta Corregedoria, usando o parâmetro: "**Conceição do Araguaia –Vara Cível e Empresarial - TJP**", foi localizado nesta Corregedoria expedientes disciplinares em tramitação, a saber: **REP 0004287-13.2023.2.00.0814** (Conclusos com manifestação), **REP 0000479-63.2024.2.00.814** (Aguardando manifestação, no prazo); Informo ainda, que foi localizado expedientes administrativos em andamento, a saber: **PP 0003093-46.2021.2.00.0814** (Acautelado, aguardando decisão CNJ), **PP 0000879-77.2024.2.00.0814** (Aguardando manifestação, no prazo) e **CorOrd 0000687-47.2024.2.00.0814** (Conclusos); Informo por derradeiro, que nada foi localizado em desfavor da magistrada titular da Vara, Dr. **Ana Priscila da Cruz**.

Observações Corregedoria: Dos processos judiciais listados acima, supostamente objeto de reclamação, quatro deles tem ano de distribuição 2007 (0000974-78.2007.8.14.0017, 0001359-26.2007.8.14.0017, 0000981-70.2007.8.14.0017, 0000976-48.2007.8.14.0017), pelo que **devem ser finalizados até o final do ano de 2024, com informação sobre a finalização na correição ordinária referente ao ano de 2024, a ser realizada até 15.02.2025.**

2. CORPO FUNCIONAL DA UNIDADE:

2.1. Quadro de pessoal:

2.1.1 Secretaria

Vínculo do(a) servidor(a)	Quantitativo
Efetivos (as)	5
Exclusivamente comissionados(as)	0
Cedidos(as)/Requisitados(as)	0
Estagiários/as	0
Terceirizados/as	0



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA

Informações Gerenciais de Pessoal - IGP

Opções de pesquisa:

Nome Local de trabalho Comarca do estado

Informe local de trabalho para pesquisa:

Vara Cível e Empresarial da Comarca de Conceicao do Araguaia

SubArea Comarcas do Interior
Lotação Vara Cível e Empresarial da Comarca de Conceicao do Araguaia
Gestor(a) Al Jarreaux D Cesares Vasconcelos da Silva Barbosa
Localização FORUM DES. LICURGO NARBAL DE OLIVEIRA SANTIAGO
Telefones (94) 3421-1284
E-mail Institucional

Juiz Titular Ana Priscila da Cruz Dias
Juiz Substituto Jose Augusto Pereira Ribeiro

Nome	Vínculo	Grupo	Situação
Al Jarreaux D Cesares Vasconcelos da Silva Barbosa	Efetivo	Analista Judiciario	Normal
Ana Priscila da Cruz Dias	Magistrados		Normal
Andreia Falcao Silva	Efetivo	Analista Judiciario	Normal
Damaris Conceicao Cruz Amoras	Efetivo	Analista Judiciario	Normal
Regiane Borges Sena	Estagiario	Estagiario	Normal
Robson da Silva Matos	Efetivo	Auxiliar Judiciario	Normal
Siliel Silva Pereira	Efetivo	Auxiliar Judiciario	Normal
Soraya Cristina de Miranda Oliveira	Efetivo	Atendente Judiciario	Normal

Fonte: IGP em 26.02.2024

OBS CGJ.: *In loco* restou constatado que a servidora **Damaris Conceição Cruz** e a estagiária **Regiane Borges Sena** estão em atuação no gabinete. Restou informado que desde dezembro de 2021, quando foi lotada na Vara Cível e Empresarial de Conceição do Araguaia (antiga 1ª Vara Cível e Penal de Conceição do Araguaia), a servidora Damaris atua no gabinete.

2.1.2. Gabinete:

Vínculo do(a) servidor(a)	Quantitativo
Efetivos(as)	1
Exclusivamente comissionados(as)	1
Cedidos(as)/Requisitados(as)	0
Estagiários(as)	1
Terceirizados(as)	0

Informações Gerenciais de Pessoal - IGP

Opções de pesquisa:

Nome Local de trabalho Comarca do estado

Informe local de trabalho para pesquisa:

Gabinete da Vara Cível e Empresarial da Comarca de Conceicao do Araguaia

SubArea Comarcas do Interior
Lotação Gabinete da Vara Cível e Empresarial da Comarca de Conceicao do Araguaia
Localização FORUM DES. LICURGO NARBAL DE OLIVEIRA SANTIAGO
Telefones (94) 3421-1284
E-mail Institucional

Nome	Vínculo	Grupo	Situação
Paula Cristiny dos Santos Lopes	Exclusivamente Comissionado	Comissionado	Normal

Fonte: IGP em 26.02.2024



2.2. Como é feito o acompanhamento dos resultados a partir das metas fixadas no plano de ação para 2024?

O acompanhamento das metas fixadas é feito por meio de análise de dados junto ao Painel de Gestão Judiciária, constatando-se a produtividade e o atingimento dos índices.

ANEXO I – PLANO DE AÇÃO

OBS CGJ.: Necessário constante monitoramento sobre o atingimento de resultados fixados no Plano de Ação, em cada período de 90 (noventa) dias.

2.3. Quais cursos ofertados pela Escola Judicial foram realizados pelos servidores da unidade judicial nos últimos 24 meses? Informar nome do servidor, curso e data de realização. A realização de cursos está sendo observada pelos gestores no momento da avaliação periódica de desempenho do servidor?

AL JARREAUX D’CESARES VASCONCLEOS DA SILVA BARBOSA:

- CURSO PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO DE COBRANÇA - PAC - UNIDADES JUDICIÁRIAS – 08/04/2022
- CURSO SISTEMA NACIONAL DE ADOÇÃO E ACOLHIMENTO – SNA - TURMA 2 – 13/10/2022 a 14/11/2022
- CURSO “RECONHECIMENTO DE PESSOAS EM PROCEDIMENTOS E PROCESSOS CRIMINAIS E A RESOLUÇÃO DO CNJ Nº 484/2022” – 07/08/2023 a 10/08/2023
- TREINAMENTO SISTEMA DE DEPÓSITO JUDICIAL - TEORIA E PRÁTICA – 29/11/2023 a 30/11/2023

ANDREIA FALCAO SILVA –

- CURSO TELETRABALHO – 21/07/2022

SILIEL SILVA PEREIRA

- CURSO GESTÃO JUDICIÁRIA – TURMA 3 – 20/09/2023 A 29/09/2023

SORAYA CRISTINA DE MIRANDA DE OLIVEIRA:

- TREINAMENTO: PJE NA PRÁTICA - MODELOS EM 07/12/2023
- TREINAMENTO: PJE NA PRÁTICA – COMUNICAÇÕES EM 06/12/2023
- TREINAMENTO: PJE NA PRÁTICA – AUTOS DIGITAIS 05/12/2023
- TREINAMENTO: PJE NA PRÁTICA – TEORIA E PRÁTICA 29/11/2023
- TREINAMENTO: PJE NA PRÁTICA – PLANTÃO 24/11/2023
- TREINAMENTO: PJE NA PRÁTICA – PLANTÃO 23/11/2023
- TREINAMENTO: PJE NA PRÁTICA – CADASTRO, DISPONIBILIDADE E DESIGNAÇÃO DE PERÍCIA 04/10/2023



3. INSTALAÇÕES DA UNIDADE:

3.1. Houve pleito administrativo para resolução de problemas estruturais identificados na última correição tanto do Gabinete como da Secretaria? Qual última movimentação do expediente?

A unidade não apresentou qualquer pleito administrativo para resolução de problemas estruturais.

Observações da CGJ in loco: Existem cadeiras da secretaria que estão quebradas. Um aparelho de ar-condicionado na secretaria que faz muito barulho. Mas a unidade não apresentou nenhum pleito por escrito para a troca, pelo que **a equipe foi orientada sobre a necessidade de abertura de expedientes administrativos aos setores competentes do TJPA para solução de problemas estruturais, e, no caso de existência de expedientes feitos pela Direção do Fórum da comarca, que sempre devem estar referenciados nas correições ordinárias apresentadas pela unidade. Vale salientar que na correição ordinária desta unidade referente a 2023, também não foram referenciados expedientes administrativos envolvendo questão estrutural.**

4. DADOS ESTATÍSTICOS:

4.1. PROCESSOS JUDICIAIS:

*Data de coleta de dados pela Unidade: 28/02/2024.

Dados processuais	Total no período da extração dos dados	Total na data Inspeção
Total de processos em tramitação na Vara, incluindo suspensos, sobrestados e arquivados provisoriamente (acervo total)	6.011	5.942
Total de processos suspensos, sobrestados ou arquivados provisoriamente	109	102
Total do acervo com prioridade	1.589	1592
Total de processos sem movimentação há mais de 100 dias em Secretaria (excluídos suspensos, sobrestados e arquivados provisoriamente)	815	814
Total de processos sem movimentação há mais de 100 dias com prioridade legal em Secretaria (excluídos suspensos, sobrestados e arquivados provisoriamente)	120	138
Total de processos em Secretaria		3.630
Total de processos conclusos para o(a) magistrado(a)	2.438	2.312
Total de processos conclusos para o(a) magistrado(a) há mais de 100 dias	1.390	1.245
Total de processo conclusos para o(a) magistrado há mais de 100 dias envolvendo prioridade legal	222	200



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA

4.2. FLUXO PROCESSUAL NOS ÚLTIMOS 03 (TRÊS) MESES:

*Unidade: vide Painel de Gestão Judiciária

Período: 03.11.12.2023 a 03.03.2024

PROCESSOS JUDICIAIS	QUANTIDADE
Total de processos distribuídos e redistribuídos (Painel de Gestão – Resumo entrada de feitos)	480
Total de processos julgados (Resumo de produção do gabinete)	731 sentenças 53 – Sentenças homologatórias
Total de processos julgados Meta 1 (Painel de Gestão- Meta 1)	73 (dez)+165 (jan)+266 (fev)+19 (mar – até o dia 03.03.24) Total 523
Total de processos baixados definitivamente do acervo (PAINEL PIB – Site do TJPA)	128 (janeiro) + 129 (fevereiro) Disponível apenas estes dois meses no Painel PIB

4.3. PRODUTIVIDADE DO(S) MAGISTRADO(S) NOS ÚLTIMOS 03 (TRÊS) MESES:

*Unidade: vide Painel de Gestão Judiciária

Período: 03.12.2023 a 03.03.2024

ATOS PROCESSUAIS DOS(AS) JUIZ(AS):	QUANTIDADE
Decisões	1.292
Despachos	100
Sentenças com resolução de mérito	269
Sentenças sem resolução de mérito	462
Audiências realizadas	88

NOME	DESPACHOS	DECISÕES INTERLOCUTÓRIAS	TOTAL DE SENTENÇAS
ANA PRISCILA DA CRUZ DIAS		54	1.054
JOSE AUGUSTO PEREIRA RIBEIRO		4	221
CESAR LEANDRO PINTO MACHADO			7
CHARBEL ABDON HABER JEHA		35	7
CELSO QUIM FILHO			6
MARCOS PAULO SOUSA CAMPELO		1	5
MARILIA DE OLIVEIRA			4
ACRISIO TAJRA DE FIGUEIREDO		6	2
LUIS FILLIPE DE GODOI TRINO			1
SHERIDA KEILA PACHECO TEIXEIRA BAUER			1
FRANCISCO WALTER REGO BATISTA			11

OBS. CGJ: Número baixo de audiências nos últimos três meses (dezembro, janeiro e fevereiro). Restou informado pelo Diretor de Secretaria que estão marcadas para os meses de março, abril e maio de 2024, 241 audiências.

OBS.CGJ II: Sobre os magistrados com produtividade na unidade judicial, restou informado que a Vara Cível e Empresarial de CDA vem sendo atendida pelo GAS – Grupo de Assessoramento desde o final do mês de janeiro de 2024 (**ANEXO I** – Ofício Comunicação GAS), de modo que o Juiz Luís Felipe está atuando pelo GAS da Meta 02. O Juízes Celso Quim, Sherida e Acrísio pelo GAS da Meta 04. Os Juízes Marília e Francisco pelo GAS de Contratos Bancários. E o Juiz Charbel pelo GAS da Meta 10. Havendo, portanto, 07 (sete) magistrados com atuação remota na unidade, 01 Juíza



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA

Titula (Ana Priscila) e 01 (um) Juiz Auxiliar (José Augusto), totalizando 09 (nove) juízes em atuação.

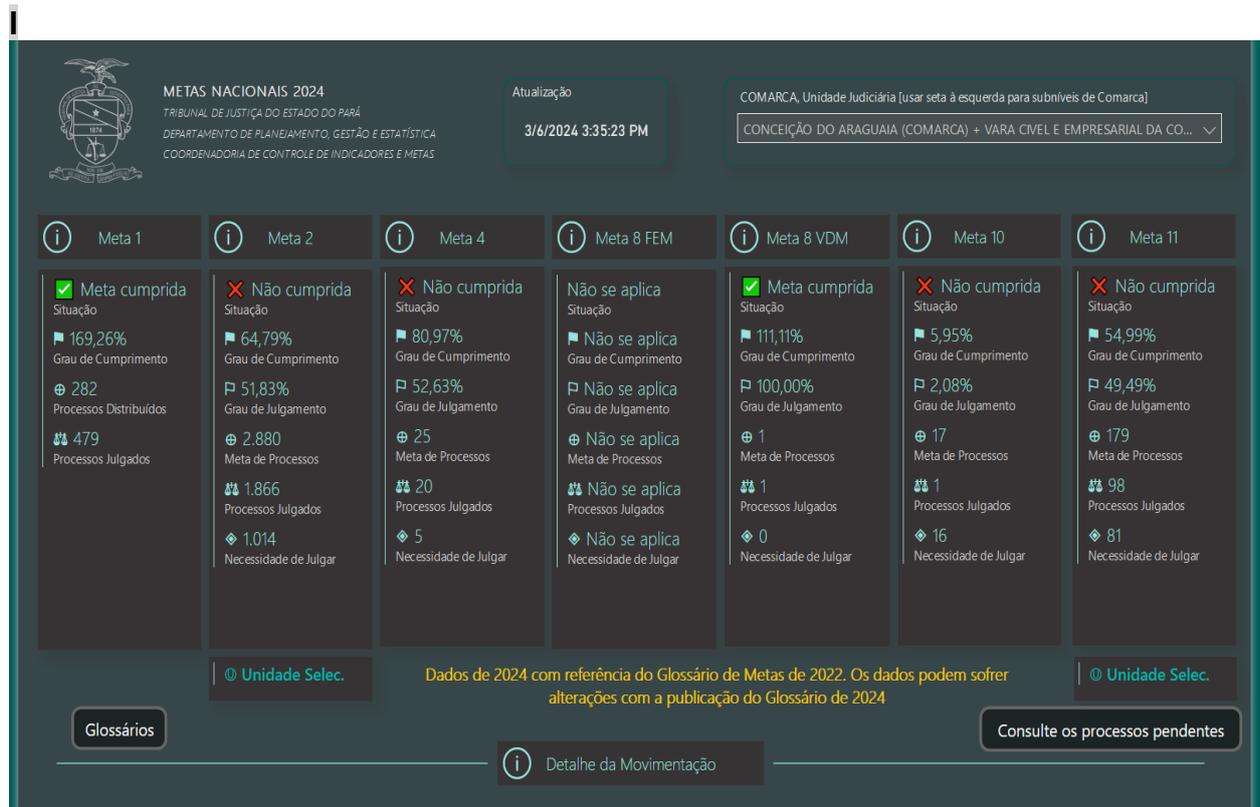
4.4. É realizado acompanhamento de processos paralisados no PGJ para evitar que entrem nos 100(cem) dias sem movimentação?

Sim. A equipe da unidade informou estar utilizando as etiquetas pp+100 para movimentar os processos já paralisados.

A unidade informou que com alteração de competência em novembro de 2023 (Resolução nº 15/2023-GP), o número de processos recebidos por mês passou de 82 para 133, com significativo aumento de demandas prioritárias em razão dos feitos de família. O acervo com prioridade já alcança 1599 feitos (aproximadamente 25% do acervo), pelo que estão tendo extrema dificuldade no controle de paralisação de feitos há mais de 100 (cem dias).

OBS CJG.: A unidade não demonstrou o desenvolvimento de qualquer metodologia quanto ao controle de paralisação de feitos há mais de 100 (cem) dias.

5. METAS NACIONAIS E DIRETRIZES DO CNJ/2024:



Fonte: Painel de Metas Nacionais em 07.03.2024.

5.1. Qual ação estabelecida no planejamento da unidade para cumprimento da Meta 1/2024-CNJ?

A equipe da unidade fez algumas pontuações:

- Determinar o número de processos a serem julgados por cada um dos atores



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA

do gabinete – estabelecimento e metas individuais;

- Acompanhamento e controle do número de processos julgados;
- solicitar auxílio junto aos grupos de suporte remoto.

PLANO DE AÇÃO – ANEXO I

Observações da CGJ: Apesar das pontuações feitas acima, necessária as seguintes pontuações sobre o Plano de Ação apresentado pela unidade.

- **PLANO DE AÇÃO:**

Precisa colocar nas Metas os quantitativos de processos, essencialmente no quantitativo de processos da Meta 2;

Sugestão quanto a separação/triagem dos processos por fase, para que o agir em cada etapa se dê por fases dos processos (fase postulatória, fase saneamento e fase julgamento);

No prazo de até 06 (seis) meses tem que haver a revisão das etapas a partir dos resultados encontrados.

5.2. Quantos processos precisam ser julgados para cumprimento da Meta 2/2024-CNJ? E quantos destes aguardam julgamento há mais de 10 (dez) anos? (*gestão judiciária*)

META 2 - Em 03.03.2024 a unidade possuía 1.632 processos de Meta 2 pendentes de julgamento e **precisa julgar 1.024 (um mil e vinte e quatro) processos para cumprimento da meta.**

A equipe da unidade informou que deste total de processos, **368 (trezentos e sessenta e oito) foram distribuídos até 2014**, os quais, para fins de atingimento da meta, devem ser todos julgados até o final do ano de 2024.

OBS CGJ: A unidade precisa identificar no sistema Pje estes processos distribuídos até 2014 que ainda não se encontrem julgados, para viabilizar a identificação da fase em que se encontram e agilizar o andamento e julgamento, o que pode ser incluído no Plano de Ação.

5.3. Quantos processos precisam ser julgados para cumprimento das Metas 4, 8, 10, 11/2024-CNJ? (*gestão judiciária*)?

META 4 – 5 processos

META 8 – Prejudicado em razão da competência da unidade.

META 10 – 16 processos

META 11 – 83 processos

Observações CGJ: No *print* de tela do Painel de Metas ainda aparecem percentuais relativos à Meta 8, pelo que foi comunicado via Teams a Coordenação de Metas Nacionais do TJPA para providências.

OBS CGJ: Ofício da Coordenação da Meta 4 com orientações sobre como se dariam os trabalhos do grupo e comunicação com as unidades judiciais (**ANEXO II**).



5.4. Houve diminuição da Taxa de congestionamento da unidade judicial (como parâmetro inicial 01.01.24 e final a data de realização da inspeção)?

Percentual TCL em **31.12.2023**: 84,77%
Percentual TCL **data da inspeção**: 84,12%

OBS CGJ: O percentual de 31.12.2023 foi informado pelo DPGE em 11.03.2024, data em que também foi colhido do sistema o percentual atual

APLICAÇÃO E GESTÃO DE PRECEDENTES OBRIGATÓRIOS - DIRETRIZ ESTRATÉGICA NÚMERO 05/2024- CORREGEDORIA NACIONAL

5.5. Nos processos suspensos em razão do aguardo de julgamento de precedentes foram lançadas etiquetas com a identificação do tema e órgão responsável pelo julgamento?

Sim. 0801483-19.2020.8.14.0017. Etiqueta: **SOBRESTAR - TEMA 986 STJ**

5.6. Qual o quantitativo de processos que se encontram suspensos, aguardando julgamento pelas Cortes Superiores e pelo Tribunal como precedentes obrigatórios? Quais temas?

3 Processos: 02 do Tema 986 e 01 do IRDR/TJPA Nº 01

5.7. Após o julgamento de precedentes obrigatórios firmados pelas Cortes superiores e pelo Tribunal, qual o prazo para retomada do julgamento dos processos individuais então suspensos?

30 DIAS.

5.8. Existem processos ainda suspensos cujos temas já tenham sido julgados pelas Cortes Superiores?

Não

5.9. Nos processos suspensos em razão de estarem aguardando julgamento de precedente são lançadas etiquetas com identificação do tema e órgão responsável?

Sim. 0801483-19.2020.8.14.0017. Etiqueta: **SOBRESTAR - TEMA 986 STJ**

5.10. Em que periodicidade são revistos os processos que se encontram suspensos por aguardarem julgamento vinculante de Tribunal?

De acordo com a comunicação do NUGEPNAC.

OBS CGJ.: Restou observado que não há periodicidade de verificação. Atuam sob demanda, a partir da informação do julgamento do precedente.

5.11. Por quais ferramentas de consulta são acompanhados os julgamentos dos temas que buscam fixação de precedente obrigatório? Com que regularidade/periodicidade são feitas as consultas?

PAINEL DO NUGEPNAC e E-mail do NUGEPNAC.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA

OBS CGJ.: A unidade não identificou regularidade de consulta a tais ferramentas. Aguardam as comunicações por e-mail.

INFÂNCIA E JUVENTUDE

5.12. Quantas audiências concentradas foram realizadas para reavaliar as medidas socioeducativas de internação e semiliberdade nos últimos 12 meses?

PREJUDICADO, a vara não detém competência para execução desse tipo de medida socioeducativa.

OBS CGJ: Internação e Semiliberdade apenas nas comarcas de Marabá, Santarém e Belém.

5.13. Quantas audiências concentradas foram realizadas para reavaliar a medida protetiva de acolhimento de crianças e adolescentes, nos últimos 6 meses?

A equipe informou 13 (treze) audiências (setembro/2023 a fevereiro/2024).

OBS CGJ I: Restou orientado à magistrada e equipe que as audiências concentradas devem ser realizadas presencialmente na instituição de acolhimento.

OBS CGJ.II: Extraída a pauta de audiências concentradas do sistema Pje no período (01.09.2023 a 29.02.2024), foram identificadas 16 (dezesesseis) audiências pautadas, sendo uma apenas designada (sem acompanhamento) e uma não realizada. Importante que a unidade faça o efetivo acompanhamento das audiências e que não haja divergências entre o número de audiências efetivamente realizadas e o que consta dos registros do sistema Pje.

5.14. Há na comarca Programa ou Projeto que objetive o desenvolvimento de ações voltadas ao processo de desinstitucionalização do jovem que vive em casa de acolhimento institucional, em vias de completar 18 anos? (*Diretriz estratégica 10 da Corregedoria Nacional 2024*)

Não.

OBS CGJ: Foi salientado a importâncias do fortalecimento da rede da infância e juventude nos municípios integrantes da comarca.

REGISTROS PÚBLICOS

5.15. Se a unidade possui competência sobre registros públicos, qual a periodicidade de fiscalização do funcionamento dos cartórios de registro de pessoas naturais em regime de plantão, nos finais de semana e feriados? (*Diretriz estratégica 4 da Corregedoria Nacional 2024*)

Mudança de competência no final do ano de 2023. A equipe informou que o cronograma de fiscalização está em elaboração.

OBS CGJ: A comarca de Conceição do Araguaia abrange os municípios de Conceição



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA

do Araguaia, Santa Maria das Barreiras e Santana do Araguaia, os quais existem as seguintes serventias extrajudiciais:

COMARCA DE CONCEIÇÃO DO ARAGUAIA

CNS	SERVENTIA	MUNICÍPIO
06.849-4	CARTÓRIO DO ÚNICO OFÍCIO - SEDE	CONCEIÇÃO DO ARAGUAIA
13.986-5	CARTÓRIO DO ÚNICO OFÍCIO DE FLORESTA DO ARAGUAIA	FLORESTA DO ARAGUAIA
13.003-9	CARTÓRIO DO ÚNICO OFÍCIO DE SANTA MARIA DAS BARREIRAS	SANTA MARIA DAS BARREIRAS

Importante realçar que os dados das três serventias acima devem estar sempre disponíveis tanto na secretaria quanto no gabinete da unidade, inclusive os de contato e que **todas devem ser correicionadas anualmente pelo Juízo de Registros Públicos, no caso, a Vara Cível e Empresarial de Conceição do Araguaia.**

5.16. Se a unidade possui competência sobre registros públicos, informe se o cartório de registro de pessoas naturais possui posto avançado em maternidade e casa de saúde, assim como promove o cadastramento de pateiras nas localidades distantes? (Diretriz estratégica 4 da Corregedoria Nacional 2024)

Mudança de competência no final do ano de 2023. A equipe informou que tais levantamentos serão verificados na primeira Correição Extrajudicial programada para o segundo semestre de 2024. Ainda não possuem edital de correição na serventia extrajudicial.

OBS CGJ.: Dada a competência de registros públicos da unidade, importante que esteja atenta aos dados publicados no JUSTIÇA ABERTA do Conselho Nacional de Justiça. Em consulta ao Justiça Aberta em 06.03.2024 restou verificado que **a comarca de Conceição do Araguaia não aderiu ao sistema interligado**, não possuindo posto avançado em maternidade e casa de saúde cadastrado junto ao CNJ.

5.17. Se a unidade possui competência sobre registros públicos, o assunto “Registro de nascimento após o prazo legal” (TPU 7732) encontra-se devidamente identificado? Quantos processos com esse assunto encontram-se aguardando julgamento? (Diretriz estratégica 4 da Corregedoria Nacional 2024)

Unidade não identificou previamente o quantitativo de demandas em tramitação com os assuntos em questão.

OBS CGJ: Utilizando a ferramenta do Painel de Gestão Judiciário, ao verificar o acervo ativo da unidade em planilha (disponível a todos os servidores e magistrados), com a



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA

utilização de filtro na coluna “assunto”, restaram identificados 24 (vinte e quatro) processos com o assunto 7732- Registro de nascimento após o prazo legal, sendo que 15 (quinze) deles se encontram em andamento e distribuídos nos anos 2015, 2016, 2019, 2021, 2022, 2023 e 2024. Imprescindível que a unidade ultime as diligências para finalização dos referidos processos, mormente os anteriores a marços de 2023, de modo que demandas desta natureza não ultrapasse um ano de tramitação.

5.18. Há na unidade localidade com concentração potencial de sub registro civil? Existe programação na unidade para a realização de ações que visem erradicar o sub registro civil? (Diretriz estratégica 4 da Corregedoria Nacional 2023)

Devido a recente mudança de competência, a equipe da unidade judicial ainda não conseguiu aferir concentração de potencialidade de sub registro civil.

OBS CGJ.: Diante da constatação acima, fica a equipe ciente de que deve estar atenta às localidades quando do exame dos processos relativos a registro tardio (classe 7732 – Registro de nascimento após o prazo legal), bem delineados no item anterior e outros que sejam submetidos a análise judicial, a fim de verificar se existe concentração de tal ocorrência em determinada localidade, e, em caso positivo propor medidas junto a rede existente na comarca para erradicação do sub registro civil.

RECUPERAÇÃO JUDICIAL/FALÊNCIA

5.19. O Juízo de Recuperação Judicial/Falência, ao deferir o processamento de recuperação judicial ou decretar falência, tem oficiado ao Núcleo de Cooperação Judiciária do TRT 8ª Região solicitando lista completa de processos trabalhistas de CONHECIMENTO, LIQUIDAÇÃO e EXECUÇÃO, que tramitem contra a sociedade empresária ou grupo econômico reconhecido judicialmente como beneficiado com o deferimento do processamento da recuperação judicial (Termo de Cooperação Jurisdicional nº 001/2023, celebrado entre TJPA e TRT 8ª Região, em 30.10.2023)?

Restou informado pela equipe que após a mudança de competência da unidade (final do ano de 2023), não houve protocolo de nova demanda com tal natureza.

OBS. CGJ: Existem duas demandas de Falência ainda em tramitação, relativas ao ano de 1998, ambas estão na situação “julgado” (processos nº 00000923419988140017 e nº 00000923419988140017). Existem duas demandas classificadas como Recuperação Judicial, sendo uma com a situação “em andamento” ref ano 2021 (processo nº 08018839620218140017) e a outra na situação “Julgado” ref 2003 (processo nº 00006927920038140017)

CONTENCIOSO TRIBUTÁRIO – RESOLUÇÃO Nº 471/2022-CNJ – DIRETRIZ ESTRATÉGICA NÚMERO 11 CORREGEDORIA NACIONAL

5.20. O juízo tem observado os requisitos para a distribuição das ações de execução fiscal a partir do julgamento do TEMA 1184 pelo Supremo Tribunal Federal?



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA

PREJUDICADO. A competência para execuções fiscais na Comarca de Conceição do Araguaia é da Vara Criminal e de Execuções Fiscais.

**AÇÕES AMBIENTAIS – DIRETRIZ ESTRATÉGICA NÚMERO 13/2024
CORREGEDORIA NACIONAL**

5.21. As demandas envolvendo matéria ambiental recebem etiqueta de identificação “AÇÃO AMBIENTAL”?

Não. Tais feitos estão identificadas com a etiqueta: META 12 ou META 10

OBS CGJ: Em razão da diretriz estratégica 13/2024 se faz necessário que tais feitos também estejam identificados com a identificação “AÇÃO AMBIENTAL”, tudo com a finalidade de identificação imediata dos feitos desta natureza em tramitação na unidade

OBS CGJ: A TPU de “assuntos” do CNJ contém a árvore “Direito Ambiental”, na hierarquia desta árvore existem mais de 20 (vinte) assuntos de Direito Ambiental. Em consulta ao acervo ativo da unidade, por assunto, só o assunto “Dano Ambiental” está referenciado em 55 (cinquenta e cinco) processos em tramitação na unidade. Existem um processo com o assunto Agrotóxicos, sem prejuízo da existência de outros processos com assuntos da hierarquia Direito Ambiental, pelo que tais demandas devem estar de alguma forma identificadas para a fácil localização no acervo da unidade.

**COOPERAÇÃO JUDICIÁRIA – RESOLUÇÃO 350/2020-CNJ – DIRETRIZ
ESTRATÉGICA NÚMERO 17/2024 CORREGEDORIA NACIONAL**

5.22. Informar quantos termos de cooperação jurisdicionais/atos consertados foram firmados, indicando: a) os envolvidos, b) a matéria tratada e c) a comunicação à Corregedoria?

Não houve termos de cooperação nem atos consertados.

6. ROTINA DE TRABALHO DA SECRETARIA:

6.1. Por amostragem, verifique em 03 (três) processos que se encontravam suspensos se a unidade observou o procedimento recomendado na Nota Técnica elaborada pelo Departamento de Planejamento, Gestão e Estatística-DPGE/TJPA, encaminhada através do ofício circular n. 048/2022-CGJ, quanto à premente necessidade de retirada da condição de suspensão/sobrestamento de autos antes do movimento de julgamento/baixa de processos no sistema PJE? (Ofício circular n. 048/2022-CGJ, expedido nos autos PJECOR n. 0002009-73.2.00.0814)

- **0000208-14.1998.814.0017 (EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL) –** Movimento de suspensão/sobrestamento cadastrado em dezembro de 2009 – Decisão Judicial em 07.12.2009 que determinou a suspensão do feito pelo prazo de 30 (trinta) dias. Desde então, mesmo já transcorrido o prazo determinado há bastante tempo, não foi realizado o levantamento da suspensão, de modo que vem sendo realizados outros atos judiciais mesmo em processos suspenso.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA

OBS CGJ.: Visto que transcorrido o prazo determinado de suspensão (contido na decisão judicial datada de 07.12.2009) e que tem havido trâmites, inclusive com despachos e decisões judiciais nos autos, deve a secretaria da unidade realizar a retirada dos autos da condição de suspenso (com cadastramento da movimentação correta entre os disponíveis na hierarquia do movimento 25), sob pena de não contabilização de produtividade dos atos realizados, tampouco a eventual futura baixa processual.

- **0010742-42.2018.814.0017 9 (AÇÃO CIVIL PÚBLICA – Meta 2) – processo suspenso por morte ou perda da capacidade. Decisão de suspensão em 08.11.2023 que aponta a notícia da morte do advogado da parte requerida, pelo que suspenso o curso da demanda pelo prazo de 02 (dois) meses.**

O prazo estabelecido em decisão judicial datada de 08.11.2023 já transcorreu e não foi realizada a retirada da condição de suspenso pela secretaria da unidade. Também não consta registro se frutífera ou não a intimação da parte por correio.

OBS CGJ.: Transcorrido o prazo determinado de suspensão (contido na decisão judicial datada de 08.11.2023), deve a secretaria da unidade realizar a retirada dos autos da condição de suspenso (com cadastramento da movimentação correta entre os disponíveis na hierarquia do movimento 25), sob pena de não contabilização de produtividade dos atos realizados, tampouco a eventual futura baixa processual.

- **00109107820178140017 (Divórcio litigioso – Meta 2) – Em 31.05.2023 foi prolatada decisão judicial deferindo o sobrestamento do processo pelo prazo de 90 dias, e que, transcorrido tal prazo os autos deveriam retornar conclusos. Vale mencionar que o sobrestamento do processo não implica em movimento de suspensão. Ademais, o prazo foi determinado, e, mesmo após tal prazo a secretaria não realizou a retirada da condição de suspenso. Autos foram redistribuídos para a Vara Cível e Empresarial (em razão da alteração de competência) e ainda não foi retirada a suspensão.**

OBS CGJ.: Transcorrido o prazo determinado de suspensão (contido na decisão judicial datada de 31.05.2023), deve a secretaria da unidade realizar a retirada dos autos da condição de suspenso (com cadastramento da movimentação correta entre os disponíveis na hierarquia do movimento 25), sob pena de não contabilização de produtividade dos atos realizados, tampouco a eventual futura baixa processual.

6.2. Por amostragem, verifique se os bens apreendidos vinculados aos feitos em tramitação na Unidade foram devidamente cadastrados e destinados no SNBA (Sistema Nacional de Bens Apreendidos). Caso na data da Inspeção já se encontre disponibilizado pelo Conselho Nacional de Justiça a possibilidade de realização do cadastramento de bens através do novo Sistema Nacional de Gestão de Bens-SNGB, verifique, por amostragem, os cadastros realizados neste sistema, nos termos da Resolução n. 483/CNJ-2022. (Resolução n. 483-CNJ, de 19/12/2022 - Institui o Sistema Nacional de Gestão de Bens e dá outras providências)



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA

CNJ CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA

Bens Apreendidos

Usuário: NOEMY EMINNY PENHA CARVALHO

Principal Cadastrar Pesquisar Vincular Relatórios Contato [Manual](#) [Voltar](#) [Sair](#)

Pesquisar Bens

Tribunal de Justiça Estadual: Tribunal de Justiça do Estado do Pará

1º GRAU - TJPA

Comarca: CONCEICAO DO ARAGUAIA

Varas e Juizados Estaduais: VARA CIVIL E EMPRESARIAL DE CONCEICAO DO ARAGUAIA

Bem Apreendido: Todos

Destinação do Bem: A Definir

Descrição Complementar do Bem:

[Pesquisar](#) [Imprimir](#) [Imprimir Detalhado](#)

Bem Apreendido	Tipo	Quantidade	Valor(R\$)	Núm. Processo
Veículos Automotores	NÃO CLASSIFICADO	1	18.000,00	017200820004782

Número de registros: 1 Página 1 de 1

OBS CGJ.: Em consulta ao SNBA no período da inspeção restou identificado um veículo automotor vinculado a unidade judicial, sendo **informado pela unidade que apenas nos feitos criminais eram cadastrados objetos apreendidos**, de modo que, com a perda da competência para feitos criminais o bem em referência deveria estar vinculado a Vara criminal, pelo que houve a transferência do registro do objeto apreendido para a Vara Criminal. Também foi orientado o procedimento para a realização da migração do processo para a unidade correlata.

6.3. É realizado o saneamento de classe e assunto das demandas em trâmite da unidade de modo que a classe esteja sempre no último nível e o assunto esteja, pelo menos, no terceiro nível? Apontar o número de processos pendentes de saneamento desta natureza constante da lista disponibilizada no Painel de Gestão Judiciária (SAN DATAJUD)

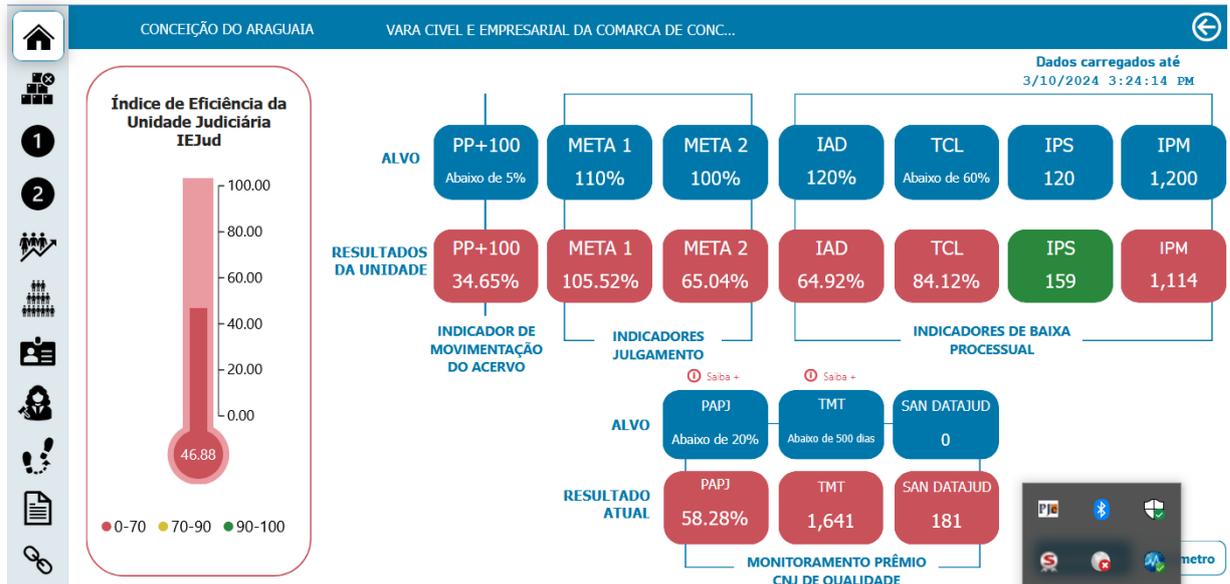
181 (cento e oitenta e um) processos.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA



Tribunal de Justiça do Estado do Pará
PAINEL DE GESTÃO JUDICIÁRIA DO 1º GRAU



6.4. Qual a regularidade de atualização no processo eletrônico (PJE) de dados como endereço, telefone, e-mail, de partes, advogado, Ministério Público e outros, após o recebimento do peticionamento para permitir a automação na confecção de mandados e de quaisquer documentos que tenham natureza de comunicação?

Sempre que o processo é analisado para cumprimento.

6.5. Quantas notificações aguardam verificação pasta agrupadores? Qual a data da notificação mais antiga?

647 nos últimos 15 dias.

6.6. O mandado de prisão civil é cadastrado no BNMP?

Sim, após a mudança de competência entre as unidades judiciais de Conceição do Araguaia (com o recebimento da competência referente a alimentos), todos os mandados desta natureza são cadastrados no BNMP. A unidade informou não ter presos quando da inspeção.

OBS CGJ: Print de tela do BNMP.

Resultado da pesquisa						
RJ	Nome da Pessoa	Sexo	Nº da Peça	Nome da Peça	Data da Peça	Órgão Expedidor
23528803-20	CHARLES BATISTA TENORIO	Masculino	0805509-49.2022.8.14.0017.01.0001-19	Mandado de Prisão	06/12/2023 09:56:41	VARA CIVIL E EMPRESARIAL DE CONCEICAO DO ARAGUAIA
245399225-56	LUIZ AUGUSTO SILVA DE OLIVEIRA	Masculino	0800371-78.2021.8.14.0017.01.0001-09	Mandado de Prisão	19/02/2024 08:31:00	VARA CIVIL E EMPRESARIAL DE CONCEICAO DO ARAGUAIA
245421175-17	JANILSON SILVA RAMOS	Masculino	0005392-49.2013.8.14.0017.01.0001-15	Mandado de Prisão	01/03/2024 09:44:23	VARA CIVIL E EMPRESARIAL DE CONCEICAO DO ARAGUAIA
245341888-34	RUBENILTON PEREIRA DE BRITO	Masculino	0803544-42.2023.8.14.0017.01.0001-08	Mandado de Prisão	15/01/2024 12:12:56	VARA CIVIL E EMPRESARIAL DE CONCEICAO DO ARAGUAIA

Quando da inspeção havia 04 (quatro) registros de procurados.

6.7. Quantos processos migrados encontram-se pendentes de regularidade e não foram movimentados no PJE?

Não há processos migrados com pendência de regularidade.

6.8. Consultando o painel de gestão judiciária foi verificado processo com prioridade paralisado há mais de 100 (cem) dias em Secretaria?



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA

Sim

6.9. Print de tela contendo toda a barra de tarefas da secretaria da unidade

☑ Tarefas		6949
Filtros	GAB SEAJP SEINP SEPOD SESUD	▼
Aguardando apreciação pela instância superior		184
Aguardando o pagamento de custas iniciais		20
Aguardando publicação no DJEN		24
Aguardando retorno dos correios		102
Aguardar realização de audiência		210
Analisar manifestação parcial		458
Analisar suspensão ou sobrestamento		6
Arquivo provisório		12
Avaliar ato proferido de decisão		83
Avaliar ato proferido de despacho		14
Avaliar ato proferido		23
Avaliar decisão em audiência		1
Avaliar decisão sobre justiça gratuita		4
Avaliar decisão sobre liminar e tutela		1
Avaliar decisão sobre pagamentos de custas		1
Avaliar expedição de documento		704



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA

Comunicação por correios frustrada	55
Comunicação realizada pelos correios	84
Confirmar minuta de documento	11
Controle de RPV	6
Cumprir determinação sobre desarquivamento	10
Custas não pagas	24
Designar Perícia	93
Designação de audiência	21
Erro na publicação no DJEN	3
Finalizar audiência	1
Minutar alvará	3
Minutar análise de desarquivamento	8
Minutar apreciação de admissibilidade	2
Minutar apreciação de justiça gratuita	80
Minutar ato de análise de liminar e tutela	12
Minutar ato de análise de prevenção	4
Minutar ato de audiência	8
Minutar ato de decisão	1822
Minutar ato de despacho	163
Minutar ato de homologação	15
Minutar ato de julgamento	323
Minutar decisão sobre pagamento de custas	23
Minutar documento	33



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA

Preparar ato de comunicação simplificado	118
Preparar comunicação	9
Preparar ofício	5
Processo com prazo em curso	528
Processo sobrestado	1
Processo suspenso sem prazo	1
Processo suspenso	19
Processos redistribuídos para esta unidade	1
Processos remetidos por declinação de competência	90
Reclassificação de conclusão	3
Remetido para contadoria	5
Verificar providência a adotar	1024
Verificar se houve trânsito em julgado	491
[CRIM] Preparar ato de comunicação simplificado criminal	1
[CRIM] Verificar providência a adotar	2

7. MANDADOS/ CENTRAL DE MANDADOS/ CARTAS PRECATÓRIAS:

7.1. A Unidade adota modelo de mandado no PJE?

Restou verificado que utilizam essencialmente decisões/mandados e despachos/mandados. Mas também utilizam os modelos já cadastrados no Pje.

7.2. Há mandados pendentes de cumprimento/devolução por oficial de justiça, com prazo extrapolado? Quantos?

Sim. **54.**

OBS CGJ: Durante a inspeção foi orientado à Secretaria da unidade judicial sobre a utilização do **Painel de Mandados**, de modo que, **com a utilização dos filtros seria possível identificar os mandados, com prazo extrapolado, pendentes de devolução e o respectivo oficial de justiça a quem foi distribuída a ordem, tudo para que sejam realizadas as cobranças periódicas. Importante realizar tal**



identificação e periódica cobrança.

7.3. Qual a antecedência que a Secretaria envia o mandado “não urgente” para cumprimento?

30 dias.

OBS.CGJ: Quando se tratar de processos relacionados a audiências para serem cumpridos por oficiais de justiça, devem ser encaminhados a Central em até 40 dias antes da data da audiência, sob pena de devolução pelo descumprimento da regra.

há.4. Considerando a Vara como juízo deprecante, há processos aguardando cumprimento de carta precatória há mais de 03 (três) meses? Foi realizada comunicação à Corregedoria? (identifique os processos)

Sim. Ainda não há determinação para comunicar a Corregedoria. Processo nº 0000408-80.2017.8.14.0017.

OBS CGJ: Processo antigo de Meta 2, com atraso. Necessária a reavaliação e tomada de providências, inclusive verificando se não é possível a realização do ato por videoconferência, como é o caso das audiências.

7.5. Considerando a Vara como juízo deprecado, há processos aguardando cumprimento de carta precatória há mais de 03 (três) meses? Caso positivo, justifique os motivos para a morosidade (identifique os processos).

127 (cento e vinte e sete) Cartas Precatória.

Restou informado pela equipe que diversos fatores causam a morosidade:

- **Próprias partes** - demora no recolhimento de custas ou promoção de diligências necessárias ao cumprimento da carta;
- **Estrutura da vara** - acervo para quantitativo de servidores, quantitativo de processos com prioridade legal superior a 25% do acervo;
- **Extensão geográfica da Comarca** - grande área territorial abrangendo 3 municípios com muitas diligências a se realizar fora da sede da comarca que demandam maior tempo de cumprimento aos oficiais de justiça.

OBS CGJ.I: Utilizando a ferramenta do Painel de Gestão Judiciário, ao verificar o acervo ativo da unidade em planilha (disponível a todos os servidores e magistrados), com a utilização de filtro na coluna “assunto”, restaram **identificados 177 cartas precatórias**.

OBS CGJ.II: Existem Pontos de Inclusão Digital instalados pelo TJPA no ano de 2023 nos municípios de Floresta do Araguaia e Santa Maria das Barreiras, de modo que não restou demonstrado de que modo tem sido utilizado os PID's pela comarca de Conceição do Araguaia para minimizar as distâncias acima apontadas, nem mesmo restou demonstrado o percentual de cartas precatórias que se referem aos demais municípios fora da sede da comarca, e qual o assunto que prevalece nas mais de cem cartas em tramitação na unidade. Importante desenvolver uma ação específica na unidade para ultimização das diligências deprecadas, e, ao mesmo tempo, conscientização com relação ao uso das ferramentas digitais para realização dos atos



processuais.

8. ROTINA DE TRABALHO NO GABINETE:

8.1. Quantas audiências de instrução e julgamento estão pautadas para o presente mês?

13 (treze) audiências para o mês de março.

OBS CGJ: Restou orientado a toda a equipe que, frente ao número de processos distribuídos por mês e os já em tramitação na unidade judicial, há necessidade de que até final do ano de 2024 sejam realizadas pelo menos 90 (noventa) audiências de instrução e julgamento a cada mês.

8.2. As audiências estão sendo cadastradas no PJE pelo gabinete no momento da designação? Quais os tipos de audiências realizados pela unidade, conforme nomenclatura do PJE?

A equipe da unidade informou que o PJE não possibilita a designação de audiência utilizando o perfil de servidor do gabinete, exceto para audiências de custódia.

8.3. Para qual data está pautada a audiência mais distante?

02.07.2024

8.4. Consultando o painel de gestão judiciária foi verificado processo com prioridade paralisado há mais de 100 (cem) dias em Gabinete?

Sim. 222 processos nesta condição, conforme o que consta do item 4.1.

8.5. Qual o quantitativo de despachos, decisões e sentenças que foram estabelecidas para os 3 meses seguintes a inspeção pela Corregedoria?

Não foram estabelecidas metas de produtividade para o gabinete para uma periodicidade de 03 (três) meses.

OBS CGJ.: Foram feitas observações quanto a necessidade de constarem os quantitativos

8.6. Quando identificada possibilidade de conciliação entre as partes é designada audiência de conciliação?

Sim

8.7. É solicitada designação de conciliador ou indicado CEJUSC para atuar junto à unidade em busca de conciliação?

Devido a recente mudança de competência e o aumento em processos que demandam a necessidade de audiências conciliatórias a unidade pontuou que ainda está se organizando.

OBS CGJ.I: Orientação durante a inspeção quanto a concentração de, pelo menos, 30 (trinta) processos para conciliação, especialmente nos dias de segunda e sexta-feira.



OBS CGJ. II: NECESSIDADE DE AÇÃO À DISTÂNCIA COM O NUPEMEC DE CONCILIAÇÃO NA MATÉRIA FAMÍLIA, com ações mensais de conciliação com marcação de, no mínimo, 30 (trinta) audiências de conciliação.

8.8. Foram identificados despachos/decisões com a data de audiência em branco? (Análise de 05 processos por amostragem).

Não. De acordo com o que verificado por amostragem no item 8.9.

8.9. Foram designadas audiências com período superior a seis meses entre a data do ato judicial de designação e a data marcada para realização? (Análise de 05 processos por amostragem).

Não.

OBS CGJ I: A partir da verificação da tarefa “Aguardar realização de audiência” no sistema Pje, que continha 210 processos, foram selecionados 05 (cinco) para amostragem, acerca dos quais foi constatado o seguinte:

- No processo **0000802-87.2017.814.0017 (Meta 2)**, consta decisão datada de 12.07.2023 de designação de audiência para 14.09.2023. Não constam registros de realização ou não da referida audiência. E o processo continua na referida tarefa.
- No processo **0003290-49.2016.8.14.0017 (Meta 2)**, consta decisão datada de 21.09.2023 de designação de audiência para 30.11.2023. Não constam registros de realização ou não da referida audiência. E o processo continua na referida tarefa.
- No processo **0800528-85.2020.8.14.0017 (Monitória - Meta 2)**, consta decisão datada de 06.10.2022 de designação de audiência de conciliação para 07.11.2022. Não constam registros de realização ou não da referida audiência. E o processo continua na referida tarefa.
- No processo **0800999-96.2023.8.14.0017 (Procedimento Comum – Empréstimo Consignado)**, consta decisão datada de 20.03.2023 de designação de audiência de conciliação para 18.05.2023. Não constam registros de realização ou não da referida audiência. E o processo continua na referida tarefa. Da petição inicial consta pedido de dispensa da audiência de conciliação.
- No processo **0804694-58.2023.814.0017 (Divórcio Consensual)** – consta decisão datada de 07.03.2024 para realização de audiência de conciliação em 18.04.2024. Houve equívoco no rito. A própria parte já pediu apenas a homologação do que já conciliado entre as partes sem a necessidade de designação de audiência de conciliação.

OBS CGJ I: Nos processos por amostragem não foram identificadas designação de audiência para período superior a 06 (seis) meses, por outro lado, na tarefa relativa



PODER JUDICIÁRIO
 TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
 CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA

aos processos que estão aguardando audiência existem processos há mais de 06 (seis) meses, em que já passou a data designada e não consta informação dos autos se realizada ou não a audiência, inclusive processos com petições apresentadas ainda não analisadas.

8.10. Quantos processos foram baixados no mês anterior?

129 no mês de fevereiro de 2024, conforme item 4.2.

8.11. Quantas crianças e adolescentes encontram-se em acolhimento? Há crianças acolhidas há mais de 18 meses?

Em consulta ao SNA, na data da Inspeção verificou-se 13 (treze) crianças e adolescentes acolhidos institucionalmente, dos quais **03 acolhidos há mais de 18 meses** (processos 00039453420168140045, 08020794520228140045 e 08028805820228140045).

8.12. Constam crianças/adolescentes com pendências para solução imediata no SNA (Sistema Nacional de Adoção e Acolhimento)? Identifique os processos.

No SNA constam **11 pendências para solução imediata referente aos seguintes processos:**

0801972-85.2022.8.14.0017; 0801008-24.2024.8.14.0017; 0803430-06.2023.8.14.0017; 0800547-86.2023.8.14.0017, 0804712-79.2023.8.14.0017, 0805438-87.2022.8.14.0017; 00007636120158140017, 0801572-37.2023.8.14.0017 e 0801627-85.2023.8.14.0017.

SNA Sistema Nacional de Adoção e Acolhimento						
Registro de Crianças/Adolescentes :: Alertas						
Página 1 Resultados 1 a 11 de 11 registros encontrados GERAR ARQUIVO Mostrando 20 registros						
Nome	Idade	Órgão Julgador	Tempo Após Última Ocorrência	Situação	Número da destituição / entrega voluntária	
1- ANA CLAUDIA DA CONCEIÇÃO ARRURA	4 ano(s) 10 mês(es) 11 dias)	1ª VARA CÍVEL E PENAL DE CONCEIÇÃO DO ARAGUAIA	1ª VARA CÍVEL E PENAL DE CONCEIÇÃO DO ARAGUAIA	Acolhido Processo de Destituição Atrasado	08027303020238140017	
2- ELIAS BEZERRA LIMA	12 ano(s) 6 mês(es) 18 dias)	1ª VARA CÍVEL E PENAL DE CONCEIÇÃO DO ARAGUAIA	1ª VARA CÍVEL E PENAL DE CONCEIÇÃO DO ARAGUAIA	Acolhido Acolhimento Excedido 3 meses		
3- Julia Conceição Botelho	1 ano(s) 11 mês(es) 7 dias)	1ª VARA CÍVEL E PENAL DE CONCEIÇÃO DO ARAGUAIA	1ª VARA CÍVEL E PENAL DE CONCEIÇÃO DO ARAGUAIA	Em Processo de Adoção (Adoção Intuitu Personae) Adoção sem conclusão há mais de 240 dias		
4- LEIV LINHARES BESERRA	1 ano(s) 1 mês(es) 28 dias)	1ª VARA CÍVEL E PENAL DE CONCEIÇÃO DO ARAGUAIA	1ª VARA CÍVEL E PENAL DE CONCEIÇÃO DO ARAGUAIA	Acolhido Processo de Destituição Atrasado	08027791220238140017	
5- LUCAS DA CONCEIÇÃO	9 ano(s) 6 mês(es) 12 dias)	1ª VARA CÍVEL E PENAL DE CONCEIÇÃO DO ARAGUAIA	1ª VARA CÍVEL E PENAL DE CONCEIÇÃO DO ARAGUAIA	Acolhido Processo de Destituição Atrasado	08027303020238140017	
6- MIRIAM TALITA FERNANDES DOS SANTOS	12 ano(s) 10 mês(es) 16 dias)	1ª VARA CÍVEL E PENAL DE CONCEIÇÃO DO ARAGUAIA	1ª VARA CÍVEL E PENAL DE CONCEIÇÃO DO ARAGUAIA	Acolhido Acolhimento Excedido 3 meses Acolhimento com Prazo a Vencer		
7- Paulo Guilherme Mats de Sá	18 ano(s) 4 mês(es) 8 dias)	1ª VARA CÍVEL E PENAL DE CONCEIÇÃO DO ARAGUAIA	1ª VARA CÍVEL E PENAL DE CONCEIÇÃO DO ARAGUAIA	Acolhido Maioridade/Emanipação. Acolhimento Excedido 3 meses		
8- SAMUEL VITOR REIS DA ROCHA	9 ano(s) 5 mês(es) 14 dias)	1ª VARA CÍVEL E PENAL DE CONCEIÇÃO DO ARAGUAIA	1ª VARA CÍVEL E PENAL DE CONCEIÇÃO DO ARAGUAIA	Acolhido Vinculado Acolhimento com Prazo a Vencer	00034982820198140017	
9- SELMA VITÓRIA REIS DA ROCHA	11 ano(s) 10 mês(es) 13 dias)	1ª VARA CÍVEL E PENAL DE CONCEIÇÃO DO ARAGUAIA	1ª VARA CÍVEL E PENAL DE CONCEIÇÃO DO ARAGUAIA	Acolhido Vinculado Acolhimento com Prazo a Vencer	00034982820198140017	
10- VITOR EMANUEL DA CONCEIÇÃO	7 ano(s) 5 mês(es) 21 dias)	1ª VARA CÍVEL E PENAL DE CONCEIÇÃO DO ARAGUAIA	1ª VARA CÍVEL E PENAL DE CONCEIÇÃO DO ARAGUAIA	Acolhido Processo de Destituição Atrasado Acolhimento com Prazo a Vencer	08027303020238140017	
11- WELLITON LIRA BARRERA	4 ano(s) 4 mês(es) 18 dias)	1ª VARA CÍVEL E PENAL DE CONCEIÇÃO DO ARAGUAIA	1ª VARA CÍVEL E PENAL DE CONCEIÇÃO DO ARAGUAIA	Acolhido Processo de Destituição Atrasado Acolhimento com Prazo a Vencer	08040589220238140017	

OBS. CGJ: Foi realizada visita na Instituição de Acolhimento do município de Conceição do Araguaia – **ANEXO III – RELATÓRIO DE VISITA**



8.13. Quantos processos de destituição do poder familiar tramitam na unidade há mais de 120 dias? Identifique os processos.

03 processos de destituição tramitando há mais de 120 dias:

08027701220238140017

08040589220238140017

08027727920238140017

E 02 processos de suspensão ou perda do poder familiar tramitando há mais de 120 dias:

08027303020238140017

08032598320228140017

OBS CGJ I: PP Nº 0000515-08.2024.2.00.0814 em que a unidade está sendo acompanhada com relação às demandas da infância e juventude (adoção, destituição do poder familiar e medida de proteção).

OBS CGJ II: Utilizando os filtros no acervo ativo total da unidade judicial no Painel de Gestão Judiciário, restaram identificados **07 processos envolvendo destituição do poder familiar** ainda não julgados. Todos iniciados no ano de 2023.

Filtros aplicados:SIGLA VARIÁVEL é A_ATIVO mespass** é ODECOMARCA é CONCEIÇÃO DO ARAGUAIA DE

Nº DO PROCESSO	ANQ	SITUAÇÃO	SIST	ID	CLASSE
08027701220238140017	2023	EM ANDAMENTO	PJE1G	###	Destituição do Poder Familiar
08040589220238140017	2023	EM ANDAMENTO	PJE1G	###	Destituição do Poder Familiar
08027727920238140017	2023	EM ANDAMENTO	PJE1G	###	Destituição do Poder Familiar
08034664820238140017	2023	EM ANDAMENTO	PJE1G	###	Tutela c/c Destituição do Poder Familiar
08000279220248140017	2024	EM ANDAMENTO	PJE1G	###	Adoção Fora do Cadastro c/c Destituição
08039826820238140017	2023	EM ANDAMENTO	PJE1G	###	Adoção c/c Destituição do Poder Familiar
08050522320238140017	2023	EM ANDAMENTO	PJE1G	###	Adoção Fora do Cadastro c/c Destituição

8.14. Quantos processos de adoção tramitam na unidade há mais de 240 dias. Identifique os processos.

A equipe informou que o processo nº 0802411-96.2022.8.14.0017

OBS CGJ I: PP Nº 0000515-08.2024.2.00.0814 em que a unidade está sendo acompanhada com relação às demandas da infância e juventude (adoção, destituição do poder familiar e medida de proteção).

OBS CGJ II.: Em consulta ao acervo da unidade judicial, restou constatada a existência de 13 (treze) demandas classificadas como adoção, sendo que 09 (nove) delas estão com a situação “em andamento” (não julgadas). Ainda sobre tais feitos, observou-se contarem com anos de distribuição: 2010 (1), 2014(1), 2015 (1), 2021 (1), 2022 (1) e 2023 (3 processos) e 2024 (1). Portanto existente demandas com mais de 240 dias, quais sejam:



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA

Nº DO PROCESSO

00003837220148140017

00003355520108140017

01015604520158140017

08001300720218140017

08024119620228140017

08045412520238140017

08039826820238140017

08050522320238140017

8.15. Qual a data da última comunicação expedida à CEJAI para colocar a criança à disposição de adoção internacional? Após o retorno da CEJAI com que frequência é realizada a Busca Ativa no SNA?

Informou na inspeção que não foi realizada comunicação à CEJAI.

OBS. CGJ: Orientação da Corregedoria sobre a possibilidade de comunicação à CEJAI, nos termos da Resolução nº 289/2019-CNJ, o que deve ser realizado antes mesmo da busca ativa.

8.16. Quantos adolescentes estão internados provisoriamente? Há algum com prazo superior a 45 dias? Como é feito o controle dos adolescentes que estão em cumprimento de internação provisória? Anexar listagem/planilha.

Não há adolescentes internados no momento.

8.17. Como é feito o acompanhamento de processos paralisados para evitar que entrem nos 100 (cem) dias sem movimentação? É utilizada a listagem do PGJ (Painel de Gestão Judiciária)?

O acompanhamento dos processos paralisados há mais de cem dias é feito por meio do relatório emitido pelo PGJ; no entanto, diante do grande volume de processos, ainda não resta viável a prevenção do ingresso na lista de paralisados há mais de cem dias sem movimentação.

8.18. Indicar as datas marcadas para projeto de conciliação da própria unidade judicial, independente das Semanas Estadual e Nacional de Conciliação.

À vara encontra-se em processo de organização, devido a recente mudança de competência e o aumento de processos que demandam audiências conciliatórias, tal como já descrito no item 8.7.

8.19. Informar critérios utilizados para a seleção de processos para conciliação e mediação.

Prejudicado em razão do que descrito do item anterior (8.18).



9. CORREIÇÃO ANUAL:

9.1. Data da última correição anual realizada na Unidade Judicial, com a respectiva numeração no sistema PJeCor.

22 à 26/01/2024. PJeCor nº 0000687-47.2024.2.00.0814

9.2. Existem registros de recomendações/determinações da Corregedoria-Geral de Justiça na correição ordinária anterior? Quais ainda não foram atendidas?

A Correição Anual referente a 2022 foi arquivada, com pendências, em face da apresentação da correição anual atual. Restou verificado nos autos da correição ordinária referente a 2023 o que ainda havia sido constatado na correição de 2022—vide item 8 da decisão correicional datada de 26.03.2023 nos autos do PJeCor nº 0000687-47.2024.2.00.0814, in verbis: “A magistrada informou acerca das medidas adotadas para cumprimento das determinações desse censório no item 14 do relatório de correição (id **3934261**), restando pendentes de cumprimento: atuar nos processos de prioridade legal conclusos, não permitindo paralisação por mais de 100 dias; atualização do SNA (há 13 pendências para solução imediata); realizar cobrança de mandados com prazo extrapolado e vincular e destinar bens apreendidos (há um automóvel sem destinação).”

Para além da correição, imperioso mencionar que a unidade vem sendo acompanhada pela Corregedoria Nacional nos autos do PP nº 0003093-46.2021.2.00.0814, sendo que em 18.03.2024 houve nova intimação oriunda da Corregedoria Nacional para ciência de que após o decurso do prazo de 90 (noventa) dias a unidade deve apresentar informações com o quantitativo total atualizado dos processos paralisados há mais de 100 dias: i) em gabinete e ii) em secretaria, com as respectivas medidas adotadas.

10. OBSERVAÇÕES GERAIS:

- **COMPETÊNCIAS RECEBIDAS na unidade a partir da Resolução nº 015/2023-GP, de 08.11.2023.:**

FAMÍLIA – Orientação durante a inspeção quanto a concentração de, pelo menos, 30 (trinta) processos para conciliação, especialmente nos dias de segunda e sexta-feira.

REGISTROS PÚBLICOS

RECUPERAÇÃO JUDICIAL E FALÊNCIA

CÍVEL E EMPRESARIAL – passou a ser de competência exclusiva da Vara Cível e Empresarial de Conceição (que antes era dividido por distribuição entre 1ª e 2ª Varas cumulativas).

- **NECESSIDADE DE AÇÃO À DISTÂNCIA COM O NUPEMEC DE CONCILIAÇÃO NA MATÉRIA FAMÍLIA, com ações mensais de conciliação**



com marcação de, no mínimo, 30 (trinta) audiências de conciliação.

- **EQUIPE MULTIDISCIPLINAR** (02 servidoras Analistas – 01 Psicologia e 01 Serviço Social) estão **atendendo a comarca de Conceição do Araguaia** (que envolve três municípios Conceição do Araguaia, Santa Maria das Barreiras e Floresta do Araguaia);
- **VISITAS EM ENTIDADES DE ACOLHIMENTO** – A unidade não possui pastas com os ofícios com relação às providências adotadas a partir das visitas. Apenas os relatórios. Informaram realizar visitas com periodicidade mensal. Pelo que restou orientado que estejam arquivados todos os documentos referentes às providências adotadas e comunicações ao MP e outros órgão em pasta eletrônica mantida na unidade judicial.
- **Tem sala de depoimento especial em funcionamento no prédio da Vara do Juizado Especial Cível e Criminal de Conceição do Araguaia.**
- **PID instalado em Santa Maria das Barreiras.** Equipe informou que já houve contato com a funcionária responsável pelo PID no município, mas que a demanda ainda é baixa.
- **PERÍODO DE TESTE SOBRE A PADRONIZAÇÃO DE MANDADOS -** 60 DIAS para que a unidade passe a utilizar apenas os mandados padronizados com as respectivas variáveis e passe a realizar a confecção das ordens judiciais de forma automatizada, em lote, inclusive os mandados relativos à intimação para a audiência (estes considerando a existência de variáveis para data e horário da audiência, desde que já registradas na pauta de audiências do próprio sistema Pje).
- **CENTRAL DE MANDADOS** – restou informado que não existe nenhum mandado aguardando para ser distribuído. O servidor Rafael, auxiliar judiciário, que se encontra responsável pela Central de Mandados da comarca de Conceição do Araguaia desde janeiro de 2023.
- **TJPA-MEM-2023/53472** – foi deferida a contratação direta pela comarca. Já foi realizada a seleção e aguardam o encaminhamento do estagiário/estagiária pelo CIEE. Número da solicitação junto ao CIEE/BR. Foi realizado contato com a servidora Flávia Queiroz do setor de estágios do TJPA para intermediação da questão sobre envio do estagiário/estagiária.
- **TERMO DE COOPERAÇÃO** – EQUIPES MULTIDISCIPLINARES – Também foi estabelecido contato com a servidora Lorena Penim do setor de Contratos e Convênios do TJPA sobre a possibilidade da Juíza da 1ª Vara Cível e Empresarial de Conceição do Araguaia promover a celebração e Termo de Cooperação Técnica entre TJPA e as Prefeituras dos municípios que fazem parte da comarca, com fito de que as prefeituras disponibilizem profissionais para realização de estudos sociais, com fito de agilidade dos processos que envolvem a necessidade destes estudos e atuação de profissionais das áreas de assistência social e psicologia.
- **PROCESSOS ARQUIVADOS** – Tal como constam nas imagens abaixo registradas, existe uma grande quantidade de processos arquivados na



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA

comarca (de todas as unidades) que se encontram ocupando uma sala inteira e partes do salão do Tribunal do Júri. **Durante a inspeção houve orientação ao Juiz Diretor do Fórum para que retomasse, com urgência, as tratativas para encaminhamento de tais processos para o arquivo geral, inclusive para que haja mais espaço disponível no Fórum, com sugestão de funcionar como sala de conciliação para a Vara Cível e Empresarial de Conceição do Araguaia.**

ORIENTAÇÕES, RECOMENDAÇÕES E DETERMINAÇÕES:

Na correição ordinária referente a 2023 - PJeCor nº 0000687-47.2024.2.00.0814 constam orientações, recomendações e determinações com os respectivos prazos.

11. IMAGENS:

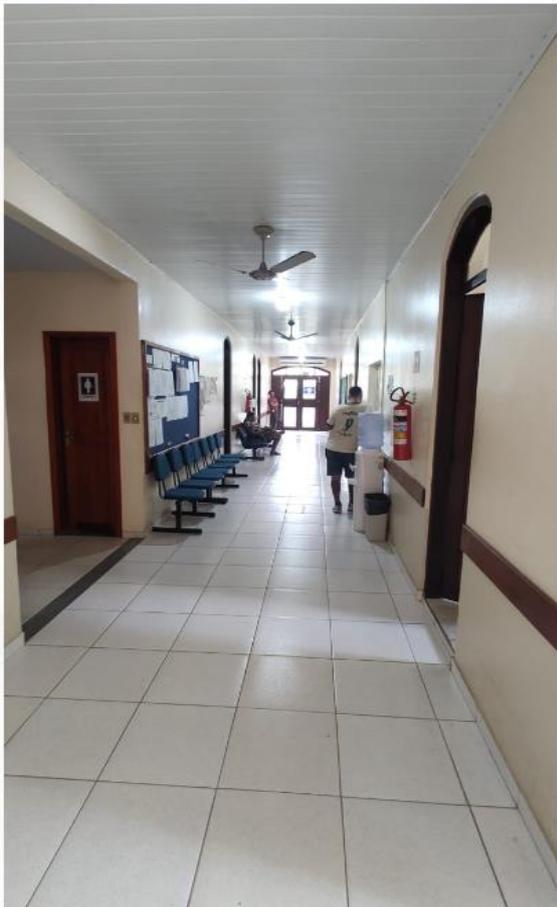


Imagem 01 - Corredor do Fórum do prédio onde funciona a Vara Cível e Empresarial de Conceição do Araguaia e a Vara Criminal e de Execuções Penais de Conceição do Araguaia.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA

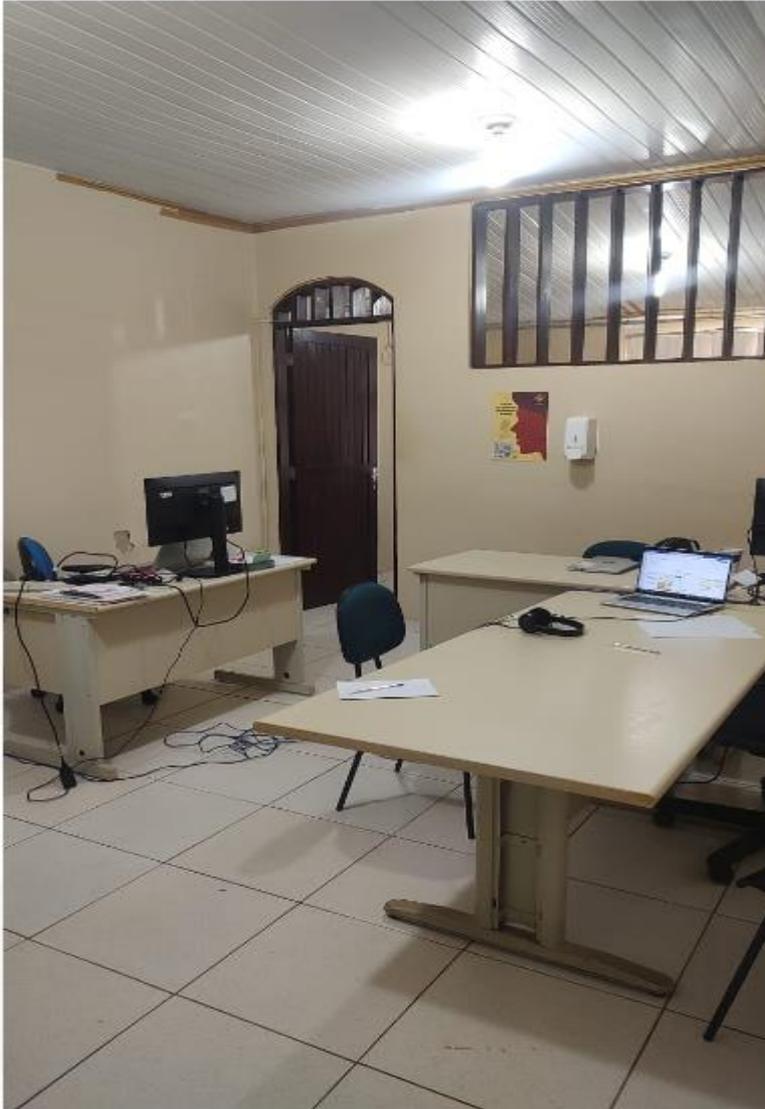


Imagem 02 - Assessoria e sala de audiências da Vara Cível e Empresarial de Conceição do Araguaia.



**PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA**



Imagens 03 e 04 - Secretaria da Vara Cível e Empresarial de Conceição do Araguaia



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA





Imagens 05 e 06 – Sala de Arquivo do Fórum de Conceição do Araguaia

Data da assinatura eletrônica.

SILVIA MARA BENTES DE SOUZA COSTA:4596  Assinado de forma digital por SILVIA MARA BENTES DE SOUZA COSTA:4596
Dados: 2024.04.10 16:54:50 -03'00'

Sílvia Mara Bentes de Souza Costa
Juíza Auxiliar da Corregedoria-Geral de Justiça



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA

LORENA RAMOS DO
VALE:74241044204

Assinado de forma digital por LORENA
RAMOS DO VALE:74241044204
Data: 2024.04.19 16:43:07 -03'00'

Lorena Ramos do Vale

Analista Judiciária lotada na CGJ

Documento assinado digitalmente



TIARA GUEDES AIRES

Data: 19/04/2024 17:17:49-0300

Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Tiara Guedes Aires

Analista Judiciário lotada na CGJ

Leituras obrigatórias:

- **Termo de Cooperação Jurisdicional nº 001/2023**, de 30.10.2023 (TJPA e TRT 8ª Região, solicitação de lista de processos trabalhistas quando do deferimento de recuperação judicial ou decretação de falência;
- **COMUNICADO Nº 1/2023-CIJEPA, de 01.06.2023** (sugestões aos magistrados do TJPA sobre como proceder acerca das ações ajuizadas contra instituições bancárias reivindicando a revisão de contratos ou a declaração de inexistência de relação jurídica com características de possíveis demandas predatórias);